

## JUVENTUDES, MÍDIAS, FAMÍLIA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE MULHERES EVANGÉLICAS, POLÍTICA E COTIDIANO\*

*Livia Reis<sup>1</sup>*  
*Jacqueline Moraes Teixeira<sup>2</sup>*

### COMENTÁRIOS GERAIS

Pode parecer mera formalidade, mas não é. A possibilidade de receber e poder responder comentários de tamanha qualidade ao artigo “Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano” (Teixeira; Reis, 2022), escrito por nós, é um privilégio que poucas vezes é possível experimentar na dinâmica acelerada da vida acadêmica. Por isso, registramos nossos inestimáveis agradecimentos a Regina Novaes, Magali Cunha, Nina Rosas e Cleonardo Maurício Junior, não apenas pela forma cuidadosa como leram o texto, mas também por aceitarem o desafio que lhes foi imposto em tão pouco tempo. Estendemos nossos agradecimentos, em especial ao ISER (Instituto de Estudos da Religião), que financiou a pesquisa que embasou o artigo e à equipe da Revista Debates do NER, que possibilita a existência desse espaço de troca tão importante para as Ciências Sociais da Religião.

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [liviareisa@gmail.com](mailto:liviareisa@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-003-3696-762>

<sup>2</sup> Professora Adjunta na Universidade de Brasília. Professora colaboradora na Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do Mecila, Brasil. E-mail: [jacqueline.teixeira@unb.br](mailto:jacqueline.teixeira@unb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9884-353X>.

\* Como citar: TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. Debates do NER, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023.

Também não seria possível começar a responder os comentários a esse texto sem falar de seu contexto de produção. A pesquisa foi realizada em pleno “tempo da política”, tal como evocado por Regina Novaes (2022) em referência ao termo cunhado por Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2006). Para os autores, o “tempo da política” é o momento que antecede as eleições e autoriza a luta por votos, escancarando as contingências às quais os indivíduos estão submetidos e alterando as dinâmicas de relações sociais que estão sendo negociadas. É importante ressaltar que o tempo da política interfere diretamente em muitas relações sociais. Antes de ser uma escolha individual (o que não implica sua inexistência), o voto é aqui entendido como uma adesão ao segmento da sociedade ao qual o eleitor quer se situar, num processo que se sobrepõe ao sujeito isolado e engloba a família, a igreja, ou qualquer outra unidade social significativa com a qual ele se relacione (Heredia; Palmeira, 2006, p. 38). Em outras palavras, uma adesão ligada diretamente a “laços sociais primordiais” que incluem parentesco, amizade ou vizinhança. Em texto escrito em 2009, Oro e Mariano ressaltaram que, no caso da religião, o “tempo da política” autorizaria também “a expressão pública do religioso” (Oro; Mariano, 2009, p. 11), isto é, a manifestação de candidaturas de autoridades religiosas e de pessoas que “instrumentalizam eleitoralmente sua autoridade religiosa a cargos eletivos, principalmente legislativos, e costuma-se verificar a busca de candidatos laicos por apoio eleitoral de líderes religiosos”.

Nesse sentido, reconhecer que realizamos a pesquisa no “tempo da política” significa dizer que levamos em consideração o fato de que as pessoas, as entrevistadas e nós mesmas, já tinham optado ou estavam ou estavam em processo de escolha sobre sua adesão naquele pleito eleitoral. E isso não é trivial. Já a análise dos dados e a escrita do texto foram realizadas na efervescência do fim do período eleitoral, quando ainda eram muitas as perguntas e rasas as respostas para o cenário que se configurou. Por isso mesmo, também entendemos que o posicionamento e as opiniões das próprias entrevistadas podem ter mudado entre o período da pesquisa e o dia da votação. Como indicamos no texto, as eleições de 2022 foram singulares no que diz respeito

ao papel assumido por igrejas e lideranças religiosas, e principalmente, no modo como a adesão das mulheres a determinadas candidaturas se tornou um elemento substancial, algo muito diferente do contexto narrado, por exemplo, por Oro e Mariano em 2009.

Foi, portanto, por este motivo que optamos por trazer à público uma análise, mesmo que parcial, dos dados recolhidos. Diante de mudanças tão rápidas nas dinâmicas políticas e religiosas, não fazia sentido esperar. Embutidos nesta decisão estavam, também, os riscos de uma possível falta de densidade teórica ou mesmo analítica do rico material que tínhamos em mãos. Ao mesmo tempo, a aposta também não foi de todo descabida. Diante de tantas possibilidades de caminhos a seguir, era interessante, para nós, a possibilidade de dialogar e amadurecer ideias junto aos nossos pares ao mesmo tempo em que disponibilizaríamos nossas análises iniciais de uma pesquisa qualitativa feita com 45 mulheres evangélicas em diferentes regiões do país sobre política, religião e cotidiano.

Passados alguns meses desde a entrega do texto final e diante da pertinência das questões levantadas pelos comentadores, é possível afirmar que obtivemos êxito em apostar que o artigo suscitaria questões relevantes para pensarmos nossos campos de pesquisa individuais, esta pesquisa coletiva, mas, também, o campo de pesquisa de cada uma/um das/os pesquisadoras/es que se propôs a comentar o texto inicial.

Em comum aos textos, por um lado, o fato de que cada um deles, a partir de um recorte específico, comentou o artigo a partir de suas próprias trajetórias de pesquisa e/ou de outros pesquisadores do campo, o que demonstra a potencialidade dos dados. Reconheceram, também, nosso esforço em considerar metodológica e analiticamente os marcadores sociais da diferença, bem como o de reivindicar o lugar da religião como um marcador em si, que, articulado a outros, constitui as redes de sentido e de aliança no cotidiano.

Por outro lado, todos os comentários foram atravessados pela crítica ao fato de que os dados foram pouco explorados ou apresentados parcialmente, o que é uma verdade. Se por um lado, nossa escolha não permitiu

que explorássemos mais profundamente as trajetórias das mulheres entrevistadas, os dados publicados, por si só, permitiram que identificássemos movimentos do campo e categorias êmicas que, talvez, apenas tenham emergido com mais facilidade devido ao contexto no qual a pesquisa foi realizada. Além disso, como afirma Novaes (2022), os dados permitem ir além dos temas conjunturais.

Outro argumento presente em todos os comentários diz respeito à percepção de que o texto não tem um único fio condutor, mas, ao contrário, se abre para uma multiplicidade de análises. Segundo Rosas (2022, p.3), inclusive, trata-se de “um ponto falho do texto mas também sua fortaleza, já que abre-se um universo de temas, amarrados em nós específicos, que poderiam e deveriam ser melhor explorados”. Nesse sentido, concordamos com a autora quando ela diz que o texto pode ser visto como um ponto de partida para outras possibilidades de investigação. Não por acaso, todos os textos trouxeram dados relevantes sobre os campos de pesquisa de cada comentarista, o que revela um devir inacabado e a necessidade de aprofundamento de determinadas questões tratadas pelo artigo, dada a complexidade desses temas.

Regina Novaes e Nina Rosas, especialmente, chamaram atenção tanto para as ambivalências que atravessam as muitas vidas dessas mulheres, como, também, para movimentos de pessoas evangélicas no campo progressista, evidenciando as muitas disputas em jogo. Nesse sentido, mais do que uma tentativa de que purificar mulheres evangélicas, como sugere o título provocador de Maurício Junior (2022), o artigo consiste num exercício de evidenciar as várias ambivalências que atravessam a vida das mulheres que participaram da pesquisa e as tecnologias que as constituem como sujeitos. Como reforça Novaes em suas falas públicas, não é razoável pensar a vida e as escolhas das mulheres evangélicas no registro da essencialização, construindo como efeito analítico uma identidade evangélica purificada. Ao contrário, devemos pensá-las no registro da agência, da negociação e das ambivalências, que é justamente o que as permite operar nas modulações e nas frestas, agenciando valores e posições a depender do contexto que lhes é apresentado.

De fato, e nisso reforçamos a pertinência da crítica de Cleonardo, a categoria religião acaba por assumir um lugar central na análise, o que se justifica pelo fato de ser o evangelicalismo o marcador comum a todas elas. Ao trazer questões sobre secularismo, além de autores como Butler e Asad para o debate, Cleonardo nos tira de uma posição de conforto e nos faz considerar outras abordagens possíveis — senão necessárias — capazes de complexificar o debate sobre produção de subjetividades. De fato, ambos os autores dividem com Saba Mahmood um olhar que nos permite pensar a religião como uma categoria de agência e de constituição de sensibilidades que tem no corpo a materialidade do secularismo, algo bem distinto da tradicional dicotomia entre público e privado que vai colocar a religião como um ato transcendente e pré-discursivo.

Como apontado anteriormente, para além dos pontos em comum, cada um dos textos enfatizou temáticas muito particulares em torno de categorias que têm assumido centralidade nos debates sobre o segmento evangélico e que, de alguma forma, foram abordados no artigo. As análises individuais trouxeram novas questões para nossas perguntas e, por isso, serão destacadas individualmente nos próximos tópicos. São elas: o papel das mídias, em especial das mídias sociais (Cunha, 2022), questões de gênero e a noção de livre arbítrio (Rosas, 2022), juventude e a polissemia da categoria família (Novaes, 2022) e modos de subjetivação (Maurício Junior, 2022).

## MÍDIAS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS E VETOR DE DESINFORMAÇÃO

No texto “As marcas das mídias sociais no voto das mulheres evangélicas”, Magali Cunha centraliza sua análise na abordagem das mídias sociais. Especialista no tema, a autora reconhece que não é possível falar sobre a política nacional sem pensar na relação entre religiões e mídias e, ainda, na abordagem generificada desse imbricamento.

Trazendo um imenso ganho para a nossa discussão, Magali recupera o debate sobre evangélicos e mídias sociais que remonta à década de 1980. Chama atenção, também, para a centralidade das mídias sociais nas transformações recentes do segmento cristão evangélico, sobretudo porque permitem interações que se dão de formas endógenas, inter-eclesiais e interdenominacionais (Cunha, 2022, p. 3). Nesse sentido, afirma que este movimento tem possibilitado o surgimento de influenciadores gospel, de novas formas de autoridade religiosa e, também, de novas possibilidades de ressignificação pública de diversos aspectos da vida da fé (Cunha, 2022, p. 3).

A esses elementos, segundo a autora, soma-se um novo aspecto, também identificado em nossa pesquisa: o ativismo político evangélico, que não se restringe aos períodos eleitorais. Nesse sentido, a autora afirma que “por meio do acesso às mídias digitais a vida política se tem desenvolvido com mais intensidade e paixão entre evangélicos brasileiros, com construção e reconstrução das visões de mundo (imaginários) com discursos tornados públicos e chamamento a ações coletivas” (2022, p. 4).

Com base na pesquisa “Caminhos da Desinformação”, realizada na UFRJ e da qual participou como pesquisadora, a autora reforça nossos dados ao afirmar que família e igreja são espaços de confiança e, por isso, os grupos de whatsapp criados em torno dessas comunidades acabam se tornando fonte de circulação de desinformação. Essa temática foi abordada nas tríades e, ainda que nenhuma das mulheres tenha se reconhecido como transmissora de *fake news*, todas afirmaram participar de grupos de whatsapp da igreja e da família e reconheceram-nos como espaço de circulação desse tipo de mensagem.

A partir de seu trabalho no coletivo Bereia, agência de checagem de *fake news* que circulam nas redes sociais de grupos religiosos e no qual atua como Editora-Chefe, Cunha revela um dado adicional. Segundo ela, no segundo turno das eleições, ou seja, meses depois da realização das tríades, a maior parte dos vídeos verificados, em sua grande maioria falsos, denunciavam a incontornável perseguição contra cristãos diante de uma eventual vitória do então candidato Lula. A temática da cristofobia, portanto, foi

quem deu o tom às eleições de 2022 e os impactos disso não puderam ser dimensionados pela nossa pesquisa.

De modo geral, a autora trouxe dados de extrema relevância que ajudam a completar a compreensão do papel das mídias sociais no cotidiano das mulheres evangélicas, dado que não pôde ser explorado com a devida atenção neste texto. Nesse sentido, concordamos com a autora de que nosso artigo deve ser visto como um ponto de partida para outras possibilidades de investigação que “precisam levar em conta a expressão de uma religião que carrega simbólicas e intensas marcas das lógicas da mídia e de seu processo de produção de sentidos” (Cunha, 2022, p. 9).

## GÊNERO, ANTIFEMINISMOS E LIVRE-ARBÍTRIO

Nina Rosas, em “Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022”, não fez diferente e pensou nosso artigo à luz de sua pesquisa feita junto à Igreja Batista da Lagoinha. no texto, a autora aprofunda o debate sobre a aproximação dos evangélicos com o bolsonarismo, como no caso de Ana Paula e André Valadão, que, não por acaso, também foram citados por algumas de nossas entrevistadas como modelos ideais de lideranças evangélicas.

Na parte inicial de seu texto, a autora destaca que “é na busca por compreender o sentido público e privado apresentado por essa religião àqueles que a aderem que temos a imensa contribuição de Teixeira e Reis com o presente artigo” (Rosas, 2022, p. 3). Em sua leitura do texto, identifica os dois eixos que têm guiado a relação do universo evangélico com Bolsonaro e Michelle Bolsonaro: 1) a acusação de cristofobia, já destacada por Cunha; e 2) e as ameaças às famílias e à infância representadas pela esquerda e sobre as quais se concentram toda a narrativa sobre gênero e antifeminismos.

Rosas também cita como ponto alto do texto a forma como foi trabalhada a noção de livre-arbítrio, que aparece como novidade ao mesmo tempo que, para nós, torna-se um mecanismo explicativo fundamental, já

que amplamente compartilhado entre as entrevistadas. Se observarmos por este ângulo, talvez esta pesquisa tenha, de fato, identificado um elemento novo e importante de disputa de narrativas no meio evangélico. A autora destaca, ainda, a forma como recuperamos a noção de mediação sagrado, de Patricia Birman, e é também a partir desta mesma noção que a autora apresenta seu contraponto. Com o exemplo da família Valadão, a autora busca especificar a existência de dois planos de análise distintos nos estudos desses entrecruzamentos.

Muito atenta às formas pelas quais as práticas religiosas são transmitidas e performadas, Rosas chama atenção para o fato de que o Diante do Trono sempre realizou orações, clamores, reuniões e diversos trabalhos sociais ao redor de todo o país (Rosas, 2022, p. 5) e, ainda, que a bandeira nacional já estava presente nesses espaços muito antes de ser instrumentalizadas para representar o que chama de bolsonarismo. Com relação a este ponto, podemos acrescentar, também, a presença da bandeira do Brasil e mesmo do hino nacional em livros e publicações que reúnem cânticos tradicionais a determinadas denominações do protestantismo histórico e do pentecostalismo, tais como o “cantor cristão”, o “hinário para o culto cristão” e a “harpa cristã”.

Rosas também recupera a relação da família Valadão com Bolsonaro, incluindo visitas à igreja do então Presidente da República e as controvérsias envolvendo o STF durante as eleições. A partir disso, argumenta que os segmentos religiosos aliados à extrema direita no Brasil possuem a intenção de ocupar estrategicamente o país, o que chama de dominação, em referência direta à Teologia do Domínio. A Teologia do Domínio, por sua vez, aparece como uma “chave analítica importante se compreendida como uma pedagogia criadora de uma moralidade que orienta comportamentos e ajuda a entender a centralidade da ideia de batalha espiritual”.

Por fim, faz um alerta importante. Se, de fato, para grande parte dos evangélicos, a pauta dos costumes costuma ser inegociável, isso não exime os pesquisadores do dever de desnaturalizar permanentemente a pauta dos costumes e as categorias a ela relacionadas. A autora acrescenta ser necessário,

também, colocar sob escrutínio não apenas o que se convencionou chamar de pauta moral, mas “a própria noção de luta, guerra, batalha, interpretando o sentido dado no recorte peculiar que se apreende” [...] já que “inimigos espirituais repousam sobre adversários específicos na realidade concreta que, com o tempo, varia” (Rosas, 2022, p. 8). Afirma, por fim, a importância de reconhecermos o que denomina de “lógicas multiníveis”, seu principal contraponto ao texto: de um lado, os projetos político-religiosos de dominação, como os que trouxe para a discussão, e, de outro, o cotidiano rico das experiências dos crentes.

## FAMÍLIA, UM TERMO POLISSÊMICO

O artigo de Regina Novaes, “Sobre jovens mulheres evangélicas: retratos em movimento”, se propôs a colocar no centro da discussão a temática da juventude, no que é bem-sucedido. No entanto, chama atenção, também, a forma como a categoria família é a todo o tempo mobilizada para falar da juventude. Ao afirmar que “família” é um termo polissêmico (2022, p. 12) e, ao mesmo tempo, um símbolo nunca se esgota em seu significado (2022, p. 15) — assim como as simbologias bíblicas — Novaes reforça nossa percepção sobre a necessidade de abordar o tema a partir de uma perspectiva mais compreensiva.

Nas palavras da autora, inserir mulheres evangélicas em um cenário de confluências e diferenciações é a maior contribuição do artigo e, ainda que não tenhamos trazido conclusões que englobassem indistintamente todas as mulheres entrevistadas (Novaes, 2022, p. 2), apresentamos um cenário “bom pra pensar”. Ao longo de seu texto, é isso que Novaes faz: pensa a partir das questões levantadas.

Seu foco na juventude se justifica por um motivo. Nas palavras da autora, “o que a igreja oferece às juventudes não é pouco” e o artigo oferece elementos que permitam aprofundar esse debate. Mas não só. Para pensar, a autora também recorre a etnografias de outros pesquisadores que tematizam

juventude, chamando atenção para as ambivalências que cercam a adesão à igreja evangélica quando se é jovem e para a necessidade de relativizar a ideia de poder absoluto exercido supostamente por pastores. No mais, ainda que o recorte geracional apareça, de fato, como um elemento de diferenciação entre mulheres evangélicas, algo que nossa pesquisa confirma, “isso não significa inflacionar seu potencial explicativo e nem de isolar o recorte geracional” — alerta Novaes. “Outros condicionantes devem ser articulados à faixa etária para compreender diferentes posicionamentos entre as mulheres evangélicas” (Novaes, 2022, p. 5). Nesse sentido, chamou a atenção da autora as afirmações das entrevistadas sobre a rotatividade entre denominações apesar da centralidade dada à influência pastoral. Com isso, afirma que a pesquisa mostra que o poder relativo de pastores “tem importância na vida cotidiana, teve peso e consequências nas eleições, mas não anula fatores que também atuam nas decisões dos fiéis” (2022, p. 6).

Ao tocar no tema da relação entre feminismos, religião e juventude, Novaes retoma a literatura sobre o tema e chama atenção, assim como Magali Cunha, para o papel da comunicação digital no campo conservador, muitas vezes deslocando a mediação institucional (pastoral) do centro. Nesse sentido, destaca que a pesquisa demonstra que mensagens anti gênero são passíveis de interpretações (parciais ou totais) (Novaes, 2022, p. 9), o que abre espaço para disputas e negociações em torno de posicionamentos que, muitas vezes, são tomados como estáticos quando se fala em evangélicos.

Ao analisar mais detidamente a noção de família, a autora nos lembra que, se por um lado, trata-se de uma categoria que permite um discurso normativo (2022, p. 13), por outro, falar em família “representa um avanço frente a políticas assistencialistas que focalizavam o indivíduo isolado sem considerar os fatores multidimensionais da pobreza” (idem). Por fim, destaca que o governo Bolsonaro, por meio do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), soube se reapropriar de ideias, recursos e expedientes sobre políticas públicas familiares e de cuidado já existentes, ainda que o investimento feito tenha sido, na verdade, bastante reduzido (idem).

Ao final, Novaes recorre às mudanças do campo religioso brasileiro — e, por que não, à família — para defender um futuro de possibilidades em aberto. Se, nas décadas de 1970/80, o “crente se definia como aquele que rompeu com a religião da família”, o que, muitas vezes, significava também romper com a família, “hoje o cenário permite a existência de famílias plurirreligiosas” (2022, p. 14). Argumenta, ao final, que “diante desses múltiplos arranjos familiares, há maior possibilidade de jovens mulheres questionarem visões normativas de família e encontrarem outros modos de reafirmar a fé” (idem).

## DA PURIFICAÇÃO AOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Em “Salvando do Religioso: sobre purificar mulheres evangélicas” (2022), Maurício Junior revisita seu material de campo sobre a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), no Rio de Janeiro, para questionar a perspectiva estritamente religiosa a partir da qual escolhemos abordar, em três casos, o que chama de “modos de subjetivação” das mulheres evangélicas. Para isso, narra a história inédita de um encontro que tinha como objetivo aproximar a juventude da igreja dos representantes da ADVEC para cargos nos legislativos municipal, estadual e federal, ainda em 2016, e no qual os candidatos foram escrutinados pelos jovens presentes. Bolsonaro estava presente no encontro.

Na ocasião, Maurício Junior observou o comportamento de homens e mulheres às pautas abordadas no encontro, tais como gênero e armamentismo, e nos oferece, a partir desse lugar, um conjunto de questões para pensar. O autor chama atenção, por exemplo, para a forma como destacamos as ambivalências que atravessam a co-constituição desses sujeitos a partir de seu lugar no mundo ao mesmo tempo em que defendemos a igreja como produtora de legibilidade política a partir do binômio “pureza vs corruptibilidade” (Junior, 2022, p. 5), algo que, segundo o autor, recolocaria a substancialidade da religião de que estaríamos tentando fugir. A seu ver, nossa análise mostra a

religião como corruptora, e afirma que mora aí a nossa contradição, além de questionar a falta de justificativa para a associação da categoria moral, do ponto de vista antropológico, à categoria pânico. Ao final, pergunta: “Categorias sociológicas serviriam, enfim, como um verniz disfarçando a abjeção da antropologia brasileira quando ela se aproxima dos evangélicos conservadores como objeto de pesquisa?” (2022, p. 8).

Trazendo Butler (2016) e Asad (2010) para a conversa, Júnior apresenta o que denomina de modos seculares de legibilidade da política “para que não reste a impressão de que categorias como raça, gênero e região ‘salviam’ os sujeitos de sucumbirem aos desígnios do bolsonarismo, enquanto a religião seria uma força que, por outro lado, empurraria os sujeitos para a extrema direita” (Junior, 2022, p. 5-6). Oferece, como contraponto, o debate feito por Butler (2016) e Cooper (2017), que, por caminhos distintos, explicam que modernidade e capitalismo tardio produzem o primado da família sobre outras esferas da vida. Dessa forma, ambas as autoras mostram que o conservadorismo moral é também secular (2022, p. 6).

Em relação esse ponto, cabe salientar que a noção de legibilidade da política por nós mobilizada traz consigo dois pressupostos fundamentais: 1) o modo como Das recupera o conceito de legibilidade de Derrida; e 2) a forma como, a partir do mesmo diálogo com Derrida, Das (2011) e Butler (2018) cunham a noção de política como sendo mais do que uma eventualidade, isto é, algo cujo sentido emerge das relações cotidianas. Nesse sentido, quando afirmamos que as igrejas seriam espaços de produção da legibilidade da política, estamos pensando a igreja como um lugar no qual alguns sujeitos interpelam questões, pensam dissociações e redes de aliança. Isso porque a legibilidade emerge, sobretudo, de uma relação de reconhecimento. Assim, quando falamos que a igreja seria uma tecnologia de legibilidade da política, estamos pensando igreja como tecnologia de reconhecimento. Na nossa concepção, não seria necessário pensar em modos seculares de legibilidade da política porque a igreja não definiria a natureza da produção da legibilidade, ela funciona apenas como um lugar de onde alguns sujeitos agem.

De todo modo, as questões trazidas por Maurício Junior são fundamentais para nos ajudar a pensar na necessidade de construirmos referenciais teórico-metodológicos que desubstancializem as subjetividades dos sujeitos sociais, isto é, pensando a religião como um marcador social e não como um fenômeno exclusivo e separado. Dessa forma, é possível evitar que categorias sociológicas e conceitos analíticos funcionem como licença ética para a abjeção.

### SE QUESTÕES IMPORTANTES NÃO FORAM APROFUNDADAS, QUAL A IMPORTÂNCIA DO ARTIGO, AFINAL?

Embora a história do Brasil seja marcada pela relação com a religião, as eleições de 2022 consolidaram em absoluto, como afirma Nina Rosas, a centralidade da religião na vida pública. A pesquisa que dá origem ao artigo buscou extrapolar esse debate para compreender como é feita essa passagem para o plano de cotidiano entre mulheres evangélicas de diferentes idades e espectros ideológicos.

A partir das falas de mulheres evangélicas sobre categorias como cuidado e guerra espiritual, o artigo demonstrou como “o exercício da espiritualidade dá suporte para enfrentamento de questões familiares cotidianas” (Novaes, 2022, p. 2). Além disso, chama atenção para a necessidade de que análises sobre religião, por ser ela mesmo um marcador em si, precisam considerar outros marcadores sociais da diferença. Rosas, por exemplo, enfatiza que a percepção sobre a profunda vulnerabilidade de gênero entre mulheres pode operar como um “desconector ideológico”, que, em suas palavras “reduz, quando não anula, polaridades ideológicas”.

Categorias êmicas caras ao catolicismo, como sinceridade e exemplaridade, aparecem mobilizadas por evangélicas, mostrando que a interface entre catolicismo e religiões de matriz africana também precisam ser consideradas nas análises sobre o segmento. Também mostra a importância do testemunho como recurso de alteridade e o quanto as experiências

individuais ajudam a moldar percepções da realidade e, mais uma vez, relativizar polaridades ideológicas.

O texto também dá pistas metodológicas sobre a boa pesquisa antropológica, em especial na Antropologia da Religião. Nina Rosas fala sobre a necessidade de desnaturalizar e revisar categorias êmicas para avançarmos em nossas análises, algo que procuramos fazer, enquanto Junior faz uma provocação acerca da relação estabelecida entre pesquisadores e evangélicos conservadores tidos como abjetos, um questionamento que deve sempre ser feito por quem pesquisa religião.

No entanto, muitas perguntas permanecem. Será que uma pesquisa feita em outro contexto que não no “tempo da política” mostraria nuances menos carregadas de discursos divisionistas? Ou, ainda, será que, com os novos arranjos de poder formados a partir das novas tecnologias, o próprio “tempo da política” tenha se estendido de tal forma a ter se tornado perene? Ainda que não tenhamos respostas, esperamos reproduzir a pesquisa nos próximos anos e fazer um quadro comparativo mais à frente, de modo a apreender continuidades e rupturas que nos permitam construir uma imagem mais consolidada de um Brasil de famílias lideradas, em sua maioria, por mulheres evangélicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 19, 2010

BIRMAN, Patricia. Mediação feminina e identidades pentecostais. *Cadernos Pagu*, p. 6-7, 1996.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

COOPER, Melinda. *Family Values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017

CUNHA, Magali. As marcas das mídias sociais no voto das mulheres evangélicas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 95-106, 2023.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, 2011.

MAURICIO JUNIOR, Cleonardo. Salvando do religioso; sobre purificar as mulheres evangélicas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 83-94, 2023.

NOVAES, Regina. Sobre jovens mulheres evangélicas: retratos em movimento. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 107-128, 2023.

ROSAS, Nina. Notas sobre evangélicos, política e gênero a partir das eleições de 2022. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 65-82, 2023.

TEIXEIRA, Jacqueline M.; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11 - 64, 2023.

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 05/04/2023

# ARTIGOS